

Goiânia – GO, 13 de agosto de 2026.

Aos acionistas da
CERRADO SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **CERRADO SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2025 comparativas a 31 de dezembro de 2024.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 01 de julho de 2019 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

Diretor Presidente

Eraldo Benedetti

Balanço Patrimonial dos Exercícios findos em:

(Em Reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.621	134.167
Direitos creditórios	6	6.120.464	5.519.957
Total do Ativo Circulante		6.179.084	5.654.124
Ativo não Circulante			
Imobilizado	7	122.384	133.490
Total do Ativo não Circulante		122.384	133.490
TOTAL DO ATIVO		6.301.468	5.787.614
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.500	
Adiantamentos	8	49.506	106.363
Obrigações tributárias		16.203	9.822
Dividendos a pagar	9	763.190	763.190
Total do Passivo Circulante		830.399	879.375
Passivo não Circulante			
Debêntures	10	5.046.420	4.896.235
Total do Passivo não Circulante		5.046.420	4.896.235
Patrimônio Líquido	11		
Capital Social		10.000	10.000
Lucros/prejuízos acumulados		414.649	2.004
Total do Patrimônio Líquido		424.649	12.004
TOTAL DO PASSIVO		6.301.468	5.787.614

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em:

(Em Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais		1.564.112	1.467.987
Receita de Securitização		1.396.384	1.223.971
Receita de Serviço		167.728	244.016
(-) Custo de Captação		(518.665)	(455.194)
(-) Deduções da Receita		(56.952)	(57.438)
Receita operacional líquida		988.495	955.355
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(439.499)	(457.227)
Total das despesas operacionais		(439.499)	(457.227)
Lucro antes do resultado financeiro	12	548.996	498.128
Despesas Financeiras		(32.441)	(37.263)
Receitas Financeiras		70.254	48.499
Resultado financeiro líquido	13	37.813	11.236
Resultado antes das provisões		586.809	509.364
(-) Provisão para contribuição social		(52.455)	(45.485)
(-) Provisão para imposto de renda		(121.709)	(102.348)
Lucro líquido do exercício		412.645	361.531

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em:
(Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.000	-	403.663	413.663
Resultado do Exercício			361.531	361.531
Distribuição de Dividendos			(763.190)	(763.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.000	-	2.004	12.004
Resultado do Exercício			412.645	412.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.000	-	414.649	424.649

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em:
(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	586.809	509.364
Remuneração debêntures	518.665	455.194
	1.105.474	964.558
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	(407.176)	(429.917)
Outros créditos	(193.330)	61.453
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores	1.500	
Adiantamentos	(56.857)	68.711
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	6.381	(654)
Caixa usado nas operações	455.992	664.151
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(174.164)	(151.902)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	281.828	512.249
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Venda de Imobilizado	76.923	
Aquisição de Imobilizado	(65.817)	(18.428)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	11.106	(18.428)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Debêntures	250.000	260.000
Resgate de Debêntures	(618.480)	(764.582)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(368.480)	(504.582)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	(75.546)	(10.761)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	134.167	144.928
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	58.621	134.167

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 De Dezembro 2025.

1) Contexto Operacional

A **Cerrado Securitizadora S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 01 de julho de 2019, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Anhanguera, número 5.674, QD. 74, Lote 9A/11, sala 807, Setor Central, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.043-010, inscrita no CNPJ sob nº 34.074.371/0001-30.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalente de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

As receitas da Companhia estão sujeitas ao PIS e à Cofins de acordo com as alíquotas e regras aplicáveis às companhias securitizadoras. A substituição gradual desses tributos pela CBS ocorrerá conforme o cronograma de transição estabelecido na legislação da Reforma Tributária, cujos impactos são acompanhados pela Administração.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. A Companhia procura não possuir concentração de crédito de clientes, visando a diversificação da carteira de clientes e contínuo acompanhamento dos prazos da carteira de crédito. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito, além de cobrar as garantias constituídas.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo

CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como o saldo final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

4) Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão deles, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente

não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e COFINS

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a

corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes De Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	9.072	11.578
Bancos conta movimento	49.549	122.589
Total de caixa e equivalentes de caixa	58.621	134.167

6) Direitos creditórios

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Neste ano a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Direitos Creditórios a Receber	6.120.463	5.519.957
Total dos Direitos Creditórios a Receber	6.120.463	5.519.957

7) Imobilizado

O saldo presente na conta “Imobilizado” é composto por máquinas, equipamentos móveis, utensílios e consórcios adquiridos e não contemplados, dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Máquina e Equipamento	3.600	3.600
Móveis e Utensílios	2.400	2.400
Consortio Bradesco Matriz	41.845	33.972
Consórcio Bradesco Fiat Mobi	28.013	29.556
Consortio Bradesco Renalt Kwid	46.526	46.649
Consortio Bradesco Fiat Mobi		17.313
Total de imobilizado	122.384	133.490

8) Adiantamentos

O saldo presente na conta “Adiantamento” é formado por Adiantamentos de Clientes, dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Cliente Matriz	28.879	19.039
Adiantamento de Cliente Filial I	4.375	73.879
Adiantamento de Cliente Filial II	16.252	13.445
Total de Adiantamentos	49.506	106.363

9) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava dividendos a pagar, classificados no passivo circulante, referentes à distribuição de dividendos deliberada em exercício anterior.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	763.190	763.190
Total de Dividendos a pagar	763.190	763.190

10) Debêntures

A Companhia realizou 03 (três) emissões de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 (nove) de julho de 2019, onde foram emitidas 1.000 (Mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures da 1ª série farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 60% (cinquenta por cento). Já as debêntures da 2ª série farão jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- A 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 07 (sete) de agosto de 2019, onde foram emitidas 1.000 (Mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures da 1ª série farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 60% (cinquenta por cento). Já as debêntures da 2ª série farão jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- A 3ª (terceira) emissão privada de debêntures foi realizada em 06 de novembro de 2019, ocasião em que foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em duas séries. As debêntures têm vencimento de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir da data de emissão. As debêntures da 1ª série fazem jus à remuneração variável, calculada com base no desempenho dos títulos da respectiva carteira de garantia, descontada a taxa de administração de 60% (sessenta por cento), conforme terceiro aditamento à escritura de emissão. As debêntures da 2ª série fazem jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
1ª (primeira) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(9.642.337)	(9.642.337)
Remuneração – 1ª emissão	128.018	128.018
2ª (segunda) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 2ª emissão	(8.620.000)	(8.760.000)
Remuneração – 2ª emissão	1.386.183	1.442.386
3ª (terceira) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 3ª emissão	(9.000.000)	(9.010.000)
Remuneração – 3ª emissão	794.556	738.168
Total de títulos e valores mobiliários	5.046.420	4.896.235

11) Patrimônio Líquido

Capital Social:

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado, representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Resultado do exercício:

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido no montante de R\$ 412.644,99 (quatrocentos e doze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos). Considerando o saldo remanescente de exercícios anteriores, o montante registrado na conta de lucros/prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 corresponde a R\$ 414.649,23 (quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos), permanecendo à disposição da Administração para posterior deliberação quanto à sua destinação.

12) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais	988.495	955.355
Receita de Securitização	1.396.384	1.223.971
Receita de Serviços	167.728	244.016
(-) Custo de Captação	(518.665)	(455.194)
(-) PIS	(7.252)	(6.898)
(-) COFINS	(44.628)	(42.252)
(-) ISS	(5.072)	(8.088)
Despesas operacionais	(439.499)	(457.227)
Despesas operacionais	(439.499)	(457.227)
Resultado operacional líquido	548.996	498.128

13) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	70.254	48.499
Juros de Aplicações Financeiras	98	34.953
Juros Ativos	28.105	13.906
Despesas Financeiras	(32.441)	(37.263)
Despesas Bancárias	(32.441)	(37.263)
Resultado financeiro líquido	37.813	11.236

14) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros os ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

Debêntures (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Goiânia – GO, 13 de agosto de 2026.

Eraldo Benedetti
Diretor Presidente

Sebastião Espindola de Melo
Diretor Vice-Presidente

Divina Helena de Souza
Contadora - CRC/GO - 7010